



Anais da Assembléia

Nº 56

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 20 DE MAIO DE 1993.

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado DUÍLIO GENARI
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT	Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL	Deputado CARLOS XAVIER SIMÕES
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - ● Oswaldo Trevisan - ● Luiz Henrique Bona Turra - ● Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 10:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 09:** José Colombino Grassano - Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 01:** Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 06:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania.

(●) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 47.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 1993

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Senhores Deputados Toti Colaço e Heinz Herwig.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rosso-ni (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida.

Aprovada.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, solicito verificação de votação da ata.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - A Mesa defere e procederá à verificação de votação da Ata.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, solicito chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - A Mesa defere e procederá à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. NILTON BARBOSA - Sr. Presidente, retiro o pedido de Verificação de Votação.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Tendo o Deputado declinado do pedido de Verificação de Votação, eu também retiro o pedido de Chamada Nominal.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Está aprovada a Ata.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimento:

REQUERIMENTO N° 1352

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a retirada do Projeto de Lei n° 395/92, por cinco sessões.

Sala das Sessões, em 20.05.93.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 008/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica revogado o § 4º do art. 36 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, criado pela Resolução 159/90.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.05.93.

(a) MÁRIO BEZERRA

JUSTIFICATIVA:

A absorção do § 4º no art. 36, do Regimento Interno desta Assembléia, não só é inconstitucional por colidir com as normas constitucionais - Federal, art. 58, § 3º e Estadual, §§ 2º e 3º, mas antidemocrático.

Verdadeiro resíduo do entulho autoritário, tal dispositivo não se coaduna com um Parlamento livre e soberano, como é desejo da Nação, e necessidade da cidadania.

A democracia não paira apenas e tão somente no enunciado das leis e na harmonia legislativa, ela tem seu apoio fundamental na ação livre e responsável dos cidadãos e seus representantes.

A limitação em cinco CPI's, é castradora da atividade parlamentar, como se a sociedade tivesse que se autodelimitar dentro do conceito de liberdade de atuação e criação pluralista, que caracterizam os povos livres.

O projeto de resolução é a forma pre-

conizada pelo próprio Regimento, art. 224, para sua alteração. A revogação do § 4º, do art. 36, em nada prejudica as demais disposições, pelo contrário, até as democratiza e ficam em consonância com a norma constitucional e seguem a linha do Regimento Interno do Congresso Nacional.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 190/93
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedida a doação do imóvel urbano, matriculado sob o n° 4821, ficha 1, Livro n° 02, do Cartório de Registro de Imóveis - Comarca de Barracão, localizado na rua João Arisi, Município de Flor da Serra do Sul, Paraná.

Art. 2º - Este projeto de lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.05.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, tendo em vista que o imóvel supra citado não está em uso pelo DER e será para a Prefeitura Municipal de grande importância e utilidade, além do uso para o pátio de máquinas da Prefeitura, para a instalação da Delegacia de Polícia, EMATER, COPEL, APMI, Junta Militar etc, que necessitam do local para a instalação e não dispõe de recursos para construção de locais para alojar os referidos órgãos.

Com essa doação, o município estará em condições de receber os órgãos públicos que beneficiarão a população do Município recém-instalado em 01 de janeiro de 1993, que tem uma área de 274.125 km², e uma população de 5.226 habitantes.

PROJETO DE LEI N° 191/93
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Expressinho Clube de Futebol, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.05.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, fundado em 1989, o Expressinho tem a finalidade de difundir o civismo e a cultura física, principalmente o futebol, realizando reuniões e divertimentos de caráter social e cultural.

A organização e funcionamento da referida entidade estão disciplinados e, Estatuto próprio registrado sob o número 12.894, do Livro "A" -8 de Pessoas Jurídicas do Cartório de Registro de Títulos e Documentos do 1º Ofício desta Cidade de Curitiba.

Dentre as finalidades da referida entidade é importante destacar a realização de atividades esportivas de caráter amador, principalmente, de eventos relacionados com o futebol.

Durante a sua existência o Clube tem desenvolvido trabalho sério na consecução dos objetivos preconizados em seu Estatuto, mantendo, inclusive, a praça de esportes denominada "Estádio João Tulio" nesta Capital.

Como poderia ser verificado pelos documentos apensos, o Expressinho Clube de Futebol atende completamente aos requisitos legais para declaração de Utilidade Pública.

Vale, ainda destacar o mérito da entidade para a conquista deste reconhecimento, tendo em vista o trabalho concreto que desenvolve junto à comunidade em que atua, na área recreativa, esportiva e cívica.

É a justificativa.

PROJETO DE LEI N° 192/93
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Federação das Associações de Moradores e Entidades Comunitárias de Curitiba, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.05.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, político-partidários e religiosos, a Federação das Associações de Moradores e Entidades Comunitárias de Curitiba - FAMEC, é voltada exclusivamente para a prestação de serviços sócio-comunitários às entidades filiadas, com sede e foro nesta Capital.

A organização e funcionamento da referida entidade estão disciplinados em Estatuto próprio registrado sob o número 1.846, do Livro "A" de Pessoas Jurídicas do Cartório de Registro de títulos e Documentos do 3º Ofício desta Cidade de Curitiba.

Dentre as finalidades da referida entidade é importante destacar: congregar todas as associações de moradores e entidades comunitárias em atividades na Cidade

de Curitiba, pugando pelos seus direitos e interesses, representar administrativa e judicialmente contra quaisquer atos lesivos aos interesses das entidades e seus associados e prestar serviços nas áreas de habitação, saúde, educação, cultura, segurança pública, esporte e lazer às entidades filiadas.

Durante a sua existência a Federação tem desenvolvido trabalho sendo na defesa dos interesses das entidades que representa, sendo responsável por importantes conquistas para as mesmas.

Como poderá ser verificado pelos documentos apensos, a Federação das Associações de Moradores e Entidades Comunitárias atende completamente aos requisitos legais para declaração de Utilidade Pública.

Vale, ainda, destacar o mérito da entidade, para a conquista deste reconhecimento, tendo em vista o trabalho concreto que desenvolve sobre as condições de vida em todas as comunidades do município, visando o planejamento de uma atuação específica em prol das entidades filiadas.

É a justificativa.

PROJETO DE LEI N° 193/93
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária do Bairro Jardim Dom Bosco, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.05.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, organizada com o objetivo de promover a integração dos moradores do Jardim Dom Bosco, nesta Capital.

A organização e funcionamento da referida entidade estão disciplinados em Estatuto próprio registrado no Cartório de Títulos e Documentos do 3° Ofício desta Capital.

Dentre as finalidades da referida entidade é importante destacar: trabalhar pelos melhoramentos, como conservação das moradias, jardins e parques do Jardim Dom Bosco e promover a convivência dos moradores através de atividades culturais, fortalecendo o relacionamento fraterno e solidário entre a população local.

Nos seus sete anos de existência, a Associação tem desenvolvido trabalho sério na defesa dos interesses da comunidade que representa, sendo responsável por importantes conquistas para a região.

Como poderá ser verificado pelos do-

cumentos apensos, a Associação Comunitária do Bairro Jardim Dom Bosco, atende completamente aos requisitos legais para declaração de Utilidade Pública.

Vale, ainda destacar o mérito da entidade para a conquista deste reconhecimento, tendo em vista o trabalho concreto que desenvolve em favor da população moradora na localidade em que atua.

É a justificativa.

PROJETO DE LEI N° 194/93
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Guaraituba, com sede e foro no Município de Colombo, neste Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.05.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, organizada exclusivamente para a prestação de serviços sócio-comunitários aos moradores da sua área de jurisdição, a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Guaraituba, esta localizada no Município de Colombo, neste Estado do Paraná.

A organização e funcionamento da referida entidade estão disciplinados em Estatuto próprio registrado no Cartório de Títulos e Documentos da Comarca de Colombo.

Dentre as finalidades da referida entidade é importante destacar: congregar os habitantes da comunidade a que pertencem em torno dos seus anseios e problemas comuns, buscando equacioná-los através do consenso geral a fim de que sejam asseguradas e garantidas as características básicas e primitivas do Jardim Guaraituba. Um dos importantes serviços prestados pela Associação é a manutenção da Creche Cantinho Feliz, destinada a atender as crianças carentes da comunidade local e adjacências.

Nos seus sete anos de existência, a Associação tem desenvolvido trabalho sério, na defesa dos interesses da comunidade que representa, sendo responsável por importantes conquistas para a região.

Como poderá ser verificado pelos documentos apensos, a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Guaraituba, atende completamente aos requisitos legais para declaração de Utilidade Pública.

Vale, ainda, destacar o mérito da entidade, para a conquista deste reconhecimento, tendo em vista o trabalho concreto

que desenvolve em favor da população moradora na localidade de Guaraituba.

É a justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Mário Bezerra.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Faço uso da tribuna para anunciar que estou dando entrada a um Projeto de Resolução, cuja súmula revoga o § 4º do artigo 36 do Regimento Interno da Assembléia.

(Lê):

"REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer recorrer do despacho exarado no Requerimento de CPI dos gastos em PROPAGANDA DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ.

O Deputado MÁRIO BEZERRA, pelo presente vem REQUERER, do despacho exarado no Requerimento de CPI dos Gastos em PROPAGANDA DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, o fazendo nos seguintes termos:

I - Como norma maior, diz a Constituição do Estado do Paraná, que as CPI's, "serão criadas mediante requerimento de um terço dos Deputados", número legal que foi atingido pelos subscritores do pedido (artigo 62, § 3º da Constituição Paranaense).

Diz o § 3º do Artigo 62 da Constituição Paranaense:

'§. 3º - As Comissões Parlamentares de Inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno da Assembléia Legislativa, serão criadas mediante requerimento de um terço dos Deputados, para apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.'

II - Contrariando a regra constitucional, o Regimento Interno afirma que 'não se criará Comissão Parlamentar de Inquérito enquanto estiverem pelo menos cinco funcionando na Assembléia, salvo mediante projeto de resolução' (artigo 36, § 4º).

Senhor Presidente.

A interpretação de Vossa Excelência, data vênica, se baseia no Regimento Interno e não na Carta Magna. A restrição do Regimento Interno fere o princípio parlamentar do instituto da própria Comissão Parlamentar, um instrumento das minorias e não das majorias. O mínimo de um terço dos membros da Casa Parlamentar é o princípio constitucional brasileiro e universal do inqué-

rito parlamentar. Conseguido este, cria-se o inquérito.

O que o Regimento Interno poderia disciplinar, seria o funcionamento de múltiplas CPI's, mas não contrariar a Constituição, ao estabelecer a negativa de criação, enquanto cinco comissões estiverem tramitando.

Data vênica, pela luz constitucional, as CPI's, ao atingir o número de dezoito subscritores, foi criada. O que pode e sobre isto seria pertinente o despacho de Vossa Excelência, seria quanto à sua instalação e funcionamento.

Um Parlamento onde a minoria não tenha condições de exercitar suas prerrogativas, pode ser tudo, menos Parlamento. Os episódios e expedientes utilizados pela maioria da Casa, deixam evidente que não se terá sucesso com a alternativa do Projeto de Resolução - este sim um RECURSO DAS MAIORIAS - para implantarem suas vontades.

Durante o regime autoritário, foi que criou-se a limitação das cinco CPI's, para manter o Parlamento em permanente e constante dependência. Incrivelmente, o Regimento Interno da Assembléia Legislativa, absorveu o entulho autoritário, neste § 4º do artigo 36, em visível colidência com as normas constitucionais (Constituição Federal, art. 58, § 3º).

Ora, sempre que houver o conflito de norma, é imperativo a boa hermenêutica, que prevaleça o maior, no caso a Constituição e, nos regimes democráticos, que as minorias sejam preservadas. Assim, apela-se primeiramente, para que Vossa Excelência reveja o seu despacho, determinando seja efetuada a publicação determinada no § 2º do art. 36 e declarada criada a Comissão Parlamentar de Inquérito, sobressaindo-se no entanto, a sua instalação, até que estejam em funcionamento e tramitando as atuais cinco comissões.

Não sendo este o entendimento do preclaro Presidente, tome-se o presente como RECURSO AO PLENÁRIO, antes porém seja, regimentalmente, ouvida a Comissão de Constituição e Justiça, com vista dos autos ao recorrente, para que possa aduzir as razões do recurso.

Finalmente, lembrar ao nobre Presidente, como condutor da Casa, que se tornada efetiva a prática pela maioria, de obstar a criação de CPI's, à minoria, este Parlamento regride ao tempos da ditadura. Daí porque a interpretação correta e CONSTITUCIONAL se impõe, até para preservação da imagem deste PODER.

Sala das Sessões, em 20.05.93.

MÁRIO BEZERRA

Deputado Estadual"

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Estou formalizando então, o meu pedido junto à Mesa da Casa, para que considere o

meu pedido de CPI como um documento válido, e não simplesmente devolva-o a esse Deputado para que impetre junto a Casa um outro documento que vá privar a Bancada da minoria de levar adiante as CPI's dos gastos do Governo na área de publicidade.

Convocó também os Deputados que compõem a Comissão de Constituição e Justiça - Deputado Colombino Grassano e outros - para que levem em consideração o meu pedido junto àquela Comissão, e de vez por todas derrubemos então, o § 4º do art. 36 do Regimento Interno...

(vozes acumuladas)

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Com a palavra, o Deputado Luiz Henrique Bona Turra.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Faço uso da tribuna nesta tarde, para tratar de duas questões distintas. A primeira consiste na reiteração às Lideranças desta Casa, das respectivas Bancadas - resguardada aí a indicação já feita pelas Bancadas do PMDB, PDT e PT - de formação da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as condições de trabalho no campo, em especial a de menores bóias-frias, constituídas através do Ato nº 01/93, da Assembléia Legislativa. Essa reiteração tem a maior atualidade, na medida em que hoje, o conjunto de Parlamentares desta Casa receberam documento do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES, intitulado "Situação Social do Paraná", que retrata os dramas vividos pelas populações da lavoura e, em especial, os dramas vividos pelas crianças que vêm atuando no campo paranaense na condição de trabalhadores bóias-frias.

Creio, Senhor Presidente, Deputados, pela precedência - e tendo sido até, inclusive, instituído pelo Ato nº 01 deste ano. É mister, é dever desta Casa e do conjunto das Bancadas, a instalação desta CPI, para que o Parlamento possa se pronunciar especificamente sobre as condições de trabalho das crianças bóias-frias e, de modo mais amplo, possa pronunciar-se e indicar providências ao Governo da República, ao Governo do Estado e ao Governo dos Municípios, para enfrentar os dramas, a miséria e a fome que se alastra por todo o campo brasileiro, e também pelo campo paranaense.

Essa era a primeira consideração que gostaria de trazer à apreciação dos Senhores Deputados nesta tarde.

Esta semana, ingressou na Mesa da Assembléia, requerimento da lavra do Deputado Algaci Túlio, pretendendo a lavratura de voto de louvor por relevantes serviços

prestados à agricultura paranaense, ao Ministro José Eduardo Vieira.

Tive a oportunidade de, prontamente, requerer a discussão da matéria, porque se tratando de voto de louvor - não a um cidadão qualquer, mas a um cidadão que ocupa relevantes funções na República - creio que deve merecer a apreciação mais atenta, para que esse Parlamento não abone políticas que não são compatíveis com os interesses do Estado do Paraná.

Além de todas as questões suscitadas em manifestações anteriores, trago à apreciação dos Senhores Deputados pronunciamento da lavra de uma das maiores autoridades da agricultura brasileira e da maior autoridade da agricultura do Estado do Paraná. Trago a palavra do engenheiro agrônomo Secretário de Estado da Agricultura Dr. Osmar Dias que, em manifestação recente na Associação dos Municípios do Oeste do Paraná onde lá estivemos, depois reproduzida em diversos órgãos de comunicação social do Estado do Paraná e aqui, especificamente, pela Tribuna do Norte de 04.04.93, página 11, diz o seguinte: "desautorizando a aprovação por esta Casa de voto de louvor, ao menos no que diz respeito aos serviços prestados pelo Senador Ministro à agricultura brasileira".

Talvez possa o Senador Ministro merecer voto de louvor em relação a outras políticas e a outras atitudes em relação a outras matérias, mas a manifestação do Doutor Osmar Dias deixa claro que, especificamente, em relação à agricultura paranaense não merecerá, ao menos em análise atenta deste Parlamento, voto de louvor.

Passo a ler a reportagem (Lê):

"O Senador, Ministro e banqueiro José Eduardo Andrade Vieira, está agindo como um duro e cruel inimigo do Paraná. Ele acaba de aplicar mais um golpe contra nós. José Eduardo não renovou a resolução que taxava a importação de trigo americano em 27%, para proteger a produção paranaense, já que os EUA subsidiam fortemente sua produção agrícola.

O Ministro da Agricultura, Lázaro Barbosa, atendeu o nosso apelo e concordou com a renovação da resolução. Só que cabia ao Ministério da Indústria e Comércio a assinatura do ato. E José Eduardo não assinou.

Vejam só as conseqüências de mais esse golpe do Ministro dos juros altos contra o Paraná, o maior produtor nacional de trigo:

1 - Vamos plantar menos 1 milhão de hectares de trigo este ano. Uma redução de 50 por cento na área prevista.

2 - Por causa disso, vamos ter que importar 4 milhões de toneladas de trigo a um custo de 720 milhões de dólares.

3 - O dinheiro que vamos ser obrigados a desembolsar nas importações seria suficiente para financiar o custeio de uma área equivalente a 3,4 milhões de hectares e produzir 5,3 milhões de toneladas de trigo.

4 - O desestímulo ao plantio do trigo significa dificuldades diretas e imediatas para 100 mil produtores rurais paranaenses.

5 - Uma frota de 100 mil tratores e 60 mil colheitadeiras vai ser paralisada, e 250 milhões de litros de óleo diesel deixarão de ser consumidos.

6 - Pior de tudo: vai aumentar o desemprego na cidade e no campo. Mais de 800 mil trabalhadores, nas indústrias de implementos e máquinas agrícolas, de fertilizantes, na indústria moageira de trigo, no plantio e na colheita do cereal serão direta e indiretamente afetados. Da mesma forma, todo o setor de comércio e serviços em diferentes regiões do Paraná - sentirá os reflexos perniciosos da decisão do Senador-Banqueiro.

7 - O custo de produção das culturas deverão crescer a 15% aos produtores.

8 - Vamos arcar com enorme ociosidade de uma fantástica estrutura construída ao longo das décadas para a produção de sementes de trigo.

Mas a ação do Ministro contra o Paraná, contra nossos agricultores, não fica só no caso do trigo. Agora, ele trata de massacrar também os produtores de algodão.

Sem nenhuma justificativa, abre as porteiras para o algodão da Rússia ao negar-se a assinar outro pedido do Ministro da Agricultura, instituindo o imposto compensatório de 15 por cento para o algodão importado.

Esse algodão vai chegar ao Brasil 20% mais barato que o algodão nacional, atingindo violentamente os nossos produtores.

Detalhe muito importante: a Rússia e outros países onde o Senador-banqueiro-Ministro foi comprar algodão protegem e subsidiam fortemente os seus produtores.

Mas, o Senador-banqueiro, que para a nossa desgraça virou Ministro, não apenas retira a proteção aos nossos produtores rurais. Vai mais longe: protege os já suficientemente bem protegidos agricultores estrangeiros.

Entre as tantas consequências nefastas de mais esse golpe de José Eduardo sobre o Paraná, basta dizer que o desestímulo aos nossos produtores de algodão poderá colocar em risco o emprego de 500 mil trabalhadores que dependem diretamente da atividade.

De todos os Estados brasileiros, o Paraná é o que vai ser mais duramente atingido pela generosa abertura de José Eduardo ao algodão russo. Afinal, colhemos aqui

em torno de 45 por cento da produção nacional de algodão. Esse número dá dimensão do golpe que o Senador-banqueiro deu contra nossos produtores.

Depois de lesar o Paraná com decisões como a do trigo e do algodão, depois de não levantar uma palha em defesa do Paraná, o Senador-banqueiro tem a petulância de dizer por aí que a agricultura paranaense está em crise. Tem o atrevimento de ofender - em artigos e discursos - os nossos agricultores e os nossos industriais.

E a crise provocada pela importação do trigo e do algodão só não vai ser maior e haverá de ser absorvida porque a diversificação agrícola está mudando o nosso perfil no campo. Uma diversificação que o senador-banqueiro não vê, não entende e critica. Uma diversificação que torna o Paraná ainda mais rico, desenvolvido e independente. Uma diversificação que livra o Paraná de banqueiros que só entendem a linguagem dos altos juro, da extorsão e do empobrecimento do homem do campo."

Estas são graves denúncias...

(É retirado o som).

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - O Senhor tem dois minutos para concluir.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Obrigado.

Estas denúncias da lavra do Secretário de Estado da Agricultura merecem a consideração desta Casa e, sobretudo, merecem, a resposta dos que a soldo do Bamerindus e a soldo dos interesses espúrios e estranhos aos interesses populares, fazem do exercício do mandato popular o exercício da defesa dos interesses privados. São denúncias sérias, são denúncias graves e creio, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é chegada a hora de nos compenetrarmos das graves consequências decorrentes de atitudes de mandatários do voto popular que perdem a referência da rua e passam a fazer a referência dos gabinetes dos grandes empresários, dos banqueiros, dos empreiteiros e de outros grandes interessados nos negócios públicos.

Creio é chegada a hora de termos uma linha demarcatória clara entre os interesses públicos e privados. Os setores privados têm e merecem ter representação nos Parlamentos, mas os setores privados não podem manipular a consciência de Parlamentares, não podem interferir na gestão pública dos municípios, tampouco dos Estados e tampouco da União.

Estamos verificando no cenário nacional um grave quadro em que interesses públicos estão claramente identificados com os interesses privados. Foi assim no leilão da Companhia Siderúrgica Nacional, empresa que valendo 8 bilhões de dólares foi a leilão e a troco de 24 milhões de

dólares em dinheiro - foi entregue a grandes banqueiros do Brasil e, especialmente, 10% disso, entregue ao Conglomerado Bamerindus. Todos sabem, o Diretor-Presidente do Conglomerado Bamerindus acumula a condição de Ministro de Estado e de Senador da República. Não poderia jamais ter participado de licitação pública, muito menos em licitação sobre a qual e em relação à qual há toda ordem de suspeitas, há toda ordem de denúncias e de representações na Procuradoria Geral da República.

É assim que concluo meu pronunciamento dirigindo um apelo a esta Casa como também à sociedade paranaense. Creio é grave a situação do nosso povo, o processo de perda da governabilidade no País decorre justamente da confusão que se fez, historicamente, entre os interesses públicos e os interesses privados.

E creio que é nosso dever, o dever do Parlamento paranaense é o de resguardo dos interesses públicos, é o de defesa isenta dos interesses populares é o de crítica e autocritica para que nós possamos restabelecer o debate político nesta Casa. Não aqui fazermos a figura de servilismo aos interesses privados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - No Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Pedi a palavra neste instante para, através de requerimento, enviar Expediente À EMATER, que neste 20 de maio comemora o seu 37º Aniversário. Esse Expediente é em nome principalmente do nosso Presidente - Orlando Pessuti, que, por motivos de compromissos assumidos, não está presente nesta tarde.

O SR. ADEMAR TRAIANO (Pela Ordem) - Eu requero chamada nominal Senhor Presidente, para examinarmos se há quórum para continuidade da Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Procede o pedido do Senhor Deputado. Peço ao Senhor 1º Secretário, Deputado Júlio Bifon, que para constatar a presença de quórum.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, nós não estamos em processo de votação, estamos apenas no Pequeno Expediente. Parece-me que agora não cabe a verificação de votação, porque não há nenhum Projeto em votação.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Verificação de quórum, qualquer momento é

permitido.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Júlio Bifon) - Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. ADEMAR TRAIANO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, atendendo uma solicitação do Deputado Fregonese nós retiramos o nosso pedido de chamada nominal.

O SR. BONA TURRA (Pela Ordem) - Eu mantenho a solicitação feita pelo Deputado Traiano.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Acho que o Deputado Bona Turra não tem sequer moral para pedir verificação de votação, de quórum, porque usou da tribuna, ocupou o expediente dessa Sessão e agora talvez se recuse a cívica que vai se dizer do outro lado da tribuna.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, permita-me terminar apenas a minha mensagem aqui e em seguida Vossa Excelência colocaria...

(Conversas paralelas)

O SR. BONA TURRA (Pela Ordem) - Creio que a questão é mais grave ainda, o Deputado Algaci Túlio, do alto da sua autoridade, diz que esse Deputado não teria moral para requerer o que regimentalmente lhe é conferido. Creio, Senhor Presidente, estamos diante de situação grave que exige um pronunciamento da Mesa. Há falta de decoro parlamentar...

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Deputado Júlio Bifon, 1º Secretário, procede à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(Conversas paralelas)

O SR. 1º SECRETÁRIO (Júlio Bifon) - Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - 25 Senhores Deputados presentes. Há quórum para o prosseguimento da Sessão.

Com a palavra o Senhor Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Obrigado, Senhor Presidente. Antes de continuar, quero registrar, com satisfação, a presença do Prefeito de Imbituva neste Plenário.

Vamos recomeçar. (Lê):

Neste dia 20 de maio, a Extensão Rural comemora mais um aniversário no Paraná. São 37 anos de atuação, hoje representados pela EMATER, uma empresa ligada à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abaste-

cimento, cujo papel é a promoção do agricultor e sua família. Na busca da melhoria da qualidade de vida do homem do campo, a Extensão Rural do Paraná ocupa um lugar de destaque no cenário nacional, quer pela forma educativa e persistente de atuação, quer pela sua força e dedicação com que executa os Programas do Governo para a área agrícola.

Os últimos Governos do Estado têm mostrado uma visão de comprometimento com a agricultura, num reconhecimento de sua essencialidade para o Estado e para o País.

No Governo atual a EMATER tem desenvolvido papel importante, contribuindo decisivamente para o êxito dos grandes Programas de Governo, entre estes: O Panela Cheia, o Programa Vaca Leiteira, a Importação de Ovelhas e o Paraná Rural.

Neste momento, a empresa prepara para um salto de qualidade na relação que mantém com o seu público. Numa iniciativa pioneira está implantado o Projeto Videoteca Rural, levando aos mais distantes municípios e mais longínquas comunidades uma tecnologia de ponta. Este Projeto permite aos extensionistas, com o auxílio do vídeo, discutir temas atuais que levam à modernização de nossa agricultura.

Paralelo às Videotecas Rurais, a empresa, por orientação do Governo, está produzindo um programa diário de orientação rural, que é veiculado pela TV Educativa e transmitido via satélite. Esta busca constante de contribuir cada vez mais com o sofrido homem do campo, que merece todo o nosso respeito, dignifica os funcionários da Extensão Rural no nosso Estado.

Sabemos que ainda há muito que se fazer em prol da nossa comunidade rural, mas devemos reconhecer quando há trabalho neste sentido.

Concluindo, Senhor Presidente e nobres Parlamentares, quero neste momento, através desta Casa de Leis, parabenizar a EMATER, na pessoa de seu Diretor Presidente Senhor José Tarciso Fialho, extensivo a todos os funcionários e ao Secretário da Agricultura e do Abastecimento, Engenheiro Osmar Dias, na expectativa de que continuem a prestar serviços de tão significativa importância.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, sejam enviados votos de congratulações desta Casa de Leis, para a EMATER, na pessoa de seu Diretor-Presidente Senhor José Tarciso Fialho, extensivo a todos os funcionários daquele órgão, e ao Excelentíssimo Senhor Osmar Fernandes Dias, Secretário de Estado

da Agricultura e do Abastecimento, pelo transcurso do seu 37º aniversário, neste dia 20 de maio, do corrente.

Sala das Sessões, em 20.05.93.

(a) TOTI COLAÇO

Era isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Lourenço Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Infelizmente o que nós vemos nesta Casa, polarizado, é um jogo contra o Estado do Paraná. Infelizmente, o nobre Deputado Luiz Henrique Bona Turra, vem quase que sistematicamente à tribuna, condenar os atos do Ministro José Eduardo de Andrade Vieira. Talvez o Deputado Luiz Henrique Bona Turra tenha sido incumbido dessa missão pelo Governador Roberto Requião, em jantar, há duas semanas atrás, à base de champanha francesa num hotel cinco estrelas na Cidade de São Paulo.

Vejam bem, nós estamos preocupados com o Brasil, nós estamos preocupados com o Estado do Paraná, nós estamos preocupados com os que não têm comprometimento, nesta Casa, com o bem estar da população paranaense.

Infelizmente, o que nós vemos? O Governador e alguns de seus comandados virem a esta Casa condenar. José Eduardo não presta, Jaime Lerner não presta, os juizes não prestam, o funcionalismo público não presta, o Bispo de Curitiba não presta, os Deputados também não prestam. Quem presta neste Estado? Isso eu pergunto. Quem presta? Será que nós chegamos a este ponto, será que a verdade de mais de dez milhões de pessoas que habitam esse Paraná está na mão de Roberto Requião. Será que é só ele que sabe? Por que esta mágoa tão grande com o José Eduardo? Por que esta mágoa tão grande do Jaime Lerner? E digo mais: futuramente, esta mágoa passará também ao ex-Governador Álvaro Dias. Os Senhores verão para frente, porque isto acontece. Não é por aí, minha gente. Ou nós ajudamos o Paraná ou nós trabalhamos e incentivamos o ministro paranaense. Não são denúncias vazias que vão melhorar a situação do povo brasileiro e do povo do Paraná. Cada um está fazendo a sua parte política, acusando sem provar nada. Isto é muito ruim para a democracia, isto é muito ruim para o caráter das pessoas.

Por isso, eu digo, a grande mágoa do Governador Roberto Requião eu digo aqui. Governador com 52 anos de idade. Eu não digo Ministro José Eduardo, nem Senador

José Eduardo, mas o homem José Eduardo, o homem José Eduardo conseguiu chegar ao topo dos seus negócios, porque foi uma pessoa que sempre trabalhou. E nós todos temos conhecimento de que o Governador Roberto Requião, com exceção do começo de sua carreira como advogado, quando fazia reuniões em associações de bairros, jamais trabalhou. O Governador Roberto Requião que vive de salários, que vive de verbas, que vive não sei do quê, do dinheiro que ele consegue enganar a população através do discurso. Realmente ele tem um discurso bom, é um homem que tem oratória, isto nós reconhecemos, mas não é assim que ele vai ajudar o Brasil, não é assim que ele vai ajudar o Paraná, não é dizendo, como na última sexta-feira, que o Presidente Itamar não prestava e, dois minutos depois, que o Presidente prestava.

Pessoas que têm um caráter duvidoso, devem, principalmente refletir para não levarem ao fundo do poço o Estado do Paraná e a população brasileira.

Infelizmente, o Governador Requião acusa as pessoas que estão se projetando no Paraná.

Vejam bem. Há pouco tempo o Senador Afonso Camargo não prestava; o José Richa não prestava, mas ninguém pode esquecer que o José Richa se licenciou para eleger Roberto Requião.

Senhor Presidente, estou usando o horário da Liderança do PTB com a devida vênia do Deputado Erondy Silvério.

Vejam bem. É por aí? É brincando com o sentimento das pessoas do Paraná? É brincando com a população do Paraná? É brincando com as vidas dos funcionários públicos? É assim que nós queremos um Paraná? É assim que nós queremos uma democracia? Não é por aí, Deputado Luiz Henrique Bona Turra. Eu já lhe disse, o Senhor é um Deputado brilhante, o Senhor é um Deputado inteligente, mas não é por aí; não é armando com o Governador que um Deputado que tem o seu brilhantismo deve vir a esta Casa acabar com o Estado do Paraná. O Senhor não está fazendo nada de bom para o Paraná nesse sentido acusando pessoas que, pelo menos, ou bem ou mal estão tentando dar a sua contribuição ao Brasil e ao Paraná.

Concedo um aparte ao Deputado Mário Bezerra.

O Senhor Mário Bezerra - Eu agradeço o aparte a V. Exa. e o cumprimento pelo brilhantismo do pronunciamento. Mas é bem verdade, Deputado, que o Governo não tem nada a mostrar. Infelizmente, o Deputado que o antecedeu, Deputado Bona Turra, como não tem nenhuma argumentação positiva para falar do Governo do Estado do Paraná, tem que espezinhar muito o representante junto

ao Ministério de Itamar Franco. Infelizmente, só estamos perdendo com isso. Quantas coisas o Paraná não poderia ter ganho com a influência do Ministro José Eduardo, hoje um Ministro de grande influência junto ao Governo Itamar? Inclusive, nas últimas quarenta e oito horas, segundo o Senador Luiz Alberto, José Eduardo foi convocado pelo Presidente para interceder junto às forças políticas com a finalidade de indicar nomes para o Ministério de Itamar Franco.

Infelizmente, o Governador do Paraná não tem sabido utilizar dessa grande energia que o Paraná tem em Brasília.

Nós temos que suportar as denúncias vazias e irresponsáveis dos porta-vozes do Governador Roberto Requião.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Antes de encerrar, eu deixo uma pergunta no ar.

Deputado Luiz Bona Turra será que o Senhor prestará depois do Senhor ser subserviente ao Governador Roberto Requião no futuro?

Eu lhe pergunto isso. Será que o Senhor não está sendo usado como estão sendo usados inúmeros paranaenses?

O Sr. Oswaldo Trevisan - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Eu lhe dou aparte Deputado Trevisan, mas o Senhor venha bem tranqüilo, porque eu estou me mantendo bem tranqüilo, porque eu estou cansado da hipocrisia, da mentira e da enganação deste Estado.

O Sr. Oswaldo Trevisan - Vejo com satisfação que o nobre Deputado está aprendendo comigo, porque esta é uma lição minha, quando me pedem aparte eu digo venha tranqüilo e manso e eu até venho tranqüilo. V. Exa. da tribuna hoje, nobre Deputado, eu vejo que Deus faz as coisas bem feitas e faz V. Exa. um homem grandão, corpulento, tranqüilo, imagine se faz V. Exa. bravo? Então faz as coisas bem feitas, por isso que V. Exa. está tranqüilo hoje, mas antes de pegar V. Exa. assim de frente eu preciso pegar de raspão ali o Deputado Mário Bezerra que interveio num aparte de V. Exa. e que disse ali que esse Governo não está fazendo nada.

Eu quero lembrar nobre Deputado Mário Bezerra e aqui lembro as palavras de Padre Antonio Vieira "este é um governo para quem tem olhos para ver". É só quem tem olhos para ver que consegue enxergar a grande obra de alcance social e humano que este Governo realiza no Paraná.

Então nobre Deputado Fregonese, a grande obra que este Governo realiza, a

readequação de estradas rurais, casas populares, isto qualquer um enxerga em todos os Municípios, o programa da educação, a grande quantidade de salas de aula, de treinamento de professores, o programa da saúde, o programa agora de recapeamento com 170 milhões de dólares, vindos do Banco Mundial para as nossas estradas, enfim é um Governo que está realizando, então não há como contestar isso. Quem contestar isso cai no ridículo. As obras estão aí para ver é isto que o Governo está fazendo.

Estou escutando V. Exa. me parece que por ironia também dizer que Deputado não presta, que este não presta, que aquele não presta, V. Exa. está aí de pau no Governo...

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Eu não estou não, aí é que está.

Agora o Senhor lembrando aquela figura típica da Escolinha do Professor Raimundo...

Mas eu vou lhe dizer o seguinte, ninguém aqui, ou pelo menos não disse que o Governo do Estado não tenha realizado algumas obras no Estado do Paraná, mas a grande obra que o Governador tem realizado é a discórdia de todos os paranaenses e lhe digo mais:

Quem presta no Governo? Leopoldino de Abreu, quatro contas reprovadas e nomeado, Mário Lobo onze impugnações no Tribunal de Contas, um ex-colega nosso no IPE que forjou documentação ao Tribunal de Contas e todos eles no Governo do Estado. São essas as pessoas que prestam ou quem presta é o Deputado Oswaldo Trevisan, um Deputado íntegro, um Deputado que tenta lutar, talvez pelas causas paranaenses.

Eu lhe tiro o aparte Deputado Trevisan, eu sei que o Senhor não vai chegar a lugar nenhum, com o que o Senhor vai me dizer agora. Eu quero lhe dizer o seguinte:

Infelizmente ou lutamos pelo Paraná ou nós seremos sempre tachados de submissos e capachos. E para isto...

(Vozes paralelas).

O Sr. Oswaldo Trevisan - Deputado, não precisa ter medo do meu aparte. Agora que vou começar o aparte.

(Vozes paralelas).

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná teve uma semana cheia, uma semana de muita produtividade. Não seria nada in-

teressante terminarmos este ciclo de trabalho, esta semana, com uma sessão improdutiva, porque a Ordem do Dia, não nos apresenta grandes projetos e uma sessão apenas com discursos que não nos levará a nada.

O Deputado Bona Turra veio à Tribuna, diz que não aceita, que não admite que esta Casa, que os Parlamentares façam homenagens, façam votos de congratulações a pessoas ocupantes de cargos no Governo Federal. É um direito que ele tem de votar contra. Aliás eu até desafio o Deputado Bona Turra, V. Exa., a contar da Bancada do seu Partido, quantos votarão contra este meu Requerimento aqui. E se tiverem coragem até votem nominalmente. Votem aberto. É um desafio que eu faço a V. Exa. Tenho a impressão que na sua Bancada somente V. Exa. vai votar contra este Requerimento.

Por uma das razões, Senhor Presidente, Senhores Deputados, porque este Requerimento aqui, porque quando falei no começo que a Assembléia teve uma semana bastante movimentada, bastante produtiva, começando na segunda-feira pela manhã com o Encontro de Prefeitos do litoral, da região metropolitana, do Paraná SOS, em relação a mata atlântica, depois teve a tarde aqui o Encontro do Projeto Ouro Verde, proporcionado por esta mesma Casa e que teve a honra e orgulho de receber aqui o Ministro José Eduardo de Andrade Vieira, tivemos duas Sessões, anteontem e ontem, que chegou até por volta de 20 horas, onde votamos projetos importantes. Podemos até não ter tido a felicidade de aprovar aquilo que as pessoas desejavam, mas a Assembléia fez o seu papel, em especial a Bancada de Oposição fez o seu papel de coerência. Agora, não gostaria de terminar a semana com uma Sessão improdutiva e apenas com discursos.

Mas o meu Requerimento, Senhor Presidente, que está aqui nesta Casa desde a última quarta-feira tem um teor que valoriza esta Casa, que valoriza o que foi realizado aqui na última terça-feira, no lançamento do Projeto Ouro Verde. Se não vejamos, Deputado, V. Exa. até pegou cópia do Requerimento, deve ter ficado com ele três dias na sua mão, decorou, analisou, e não teve a capacidade, muito embora sendo advogado, e eu não sou, sou formado pela escola da vida e tenho orgulho muito grande disso. Vim lá da terra dos pobres, vim descalço para a cidade grande, tornei-me o Vereador mais votado na cidade, duas vezes Deputado, vice-Prefeito, e Prefeito por vinte vezes, e tenho humildade suficiente para reconhecer minhas limitações.

Vejam o que diz meu Requerimento aqui: (Lê):

"O Ministro José Eduardo de Andrade

Vieira, vem honrando sobremaneira o Estado do Paraná, por sua atuação digna, enérgica, corajosa e firme diante dos inúmeros problemas enfrentados hoje pelo Governo da União. Suas posições, coerentes e destemidas, colocam-no como um dos sustentáculos da administração pública federal. Servindo de exemplo à fraqueza e falta de iniciativa de muitos governantes, de como é possível trabalhar para construir um Brasil voltado para o bem de sua gente, com dignidade e honestidade.

No Encontro, realizado nesta Casa, em data de ontem, o Ministro José Eduardo mostrou a situação do setor agrícola e o que por ele pode ser feito para sua reabilitação. E também hipotecou seu apoio à causa, como o trabalho de seu Ministério que participará das discussões técnicas em torno da definição de uma nova política agrícola, desde que a iniciativa parta do Ministério da Agricultura. É de se ressaltar ainda a preocupação sua quanto à necessidade da diminuição dos custos da agroindústria através da redução de impostos, como o FINSOCIAL.

Por tudo isso e pelo muito que o Ministro José Eduardo Vieira vem fazendo, pelo Paraná e pelo Brasil, é de justiça que se insira, nos Anais desta Casa para que as futuras gerações conheçam aqueles que, nesta fase difícil da história do Brasil, souberam trabalhar com dignidade e coragem por um futuro melhor para nossa Pátria".

Agora eu desafio V. Exa. também a subir naquela tribuna e contestar o Editorial de hoje do Jornal "Gazeta do Povo", que diz: "Solução do Ministro para o Café", onde o Ministro reconhece e até apóia algumas posições tomadas aqui pelo Secretário Osmar Dias. Eu não vou tomar o tempo de V. Exa. lendo todo o Editorial, se V. Exa. não concorda deve não admitir a capacidade, a inteligência que tem pelo Paraná o proprietário do Jornal "Gazeta do Povo", Francisco da Cunha Pereira. Se V. Exa. tiver a coragem de contestar esse editorial, V. Exa. sobe naquela tribuna.

(Lê):

"Uma das principais providências relacionadas com os estoques em poder do Governo Federal já foi acertadamente determinada pelo Ministro da Indústria e Comércio, que é a realização de uma auditoria a cargo do Banco do Brasil para que se verifique a quantidade de café estocado e as condições em que se encontra, pois há cafés armazenados há trinta anos. O que poderá ter comprometido a qualidade da bebida."

Aqui mais em baixo: Eu só quero completar para dizer onde é que ele fala aqui do Secretário Osmar Dias.

(Prossegue a leitura).

"Além do mais existem grandes divergências sobre o volume dos estoques, tendo, inclusive, o Secretário Osmar Dias, durante os debates do Simpósio da Assembleia Legislativa, informado que apenas 710 mil sacas desses estoques estariam em condições de comercialização no mercado internacional, o que sem dúvida, demonstra a existência de uma "indústria de armazenagem" visto que nem todo o estoque de café está acumulado em armazéns do Governo".

Brasil e Colômbia são os principais produtores mundiais. É, por isso, que se reveste de importância a viagem que o Ministro José Eduardo de Andrade Vieira fará no final da semana para avistar-se com o Presidente e Ministros Colombianos para iniciar conversações sobre um futuro entendimento que reúna os interesses dos países produtores para enfrentar as atuais dificuldades na Comercialização do Produto.

O Ministro José Eduardo de Andrade Vieira chegará a Bogotá com suas credenciais ampliadas no âmbito internacional, uma vez que os produtores africanos pediram-lhe que lidere um Movimento Mundial em defesa da recuperação do Mercado Cafeeiro".

Será que a "Gazeta do Povo" está mentindo? Será que a "Gazeta do Povo", um Jornal de tamanha circulação, de uma linha das mais conservadoras, uma linha que tem demonstrado a sua preocupação com as coisas do Paraná, que tem liderado tantas campanhas em prol do Estado do Paraná. Será que este Jornal também está aqui à disposição do Ministro José Eduardo Vieira para não rasgar elogios? Será? V. Exa. deve ter a coragem para subir lá daquela tribuna e contestar esse Editorial e reafirmo o desafio. Desafio a sua Bancada, a coragem dos seus Deputados votarem contra esse Requerimento aqui, que em primeiro lugar valoriza esta Casa, a não ser que V. Exa. não tenha orgulho de estar nesta Casa, que valoriza o Deputado Dirceu Manfrinato pelo encontro que realizou aqui na "Ação do Projeto Ouro Verde". E que, acima de tudo, valorizada foi esta Casa aqui com o Ministro Banqueiro José Eduardo de Andrade Vieira.

Então, Senhor Presidente, eu termino a semana com a consciência tranquila de ter durante essa semana cumprido com as minhas obrigações de Parlamentar, votando com consciência não me entregando pelo interesse do Governo, como se entregou Vossa Excelência, não respeitando aquilo que era o interesse da sociedade paranaense e que não teve a devida coerência nas suas votações.

Nós tivemos. A Bancada da Oposição lutou desmedidamente contra o rolo compressor, que fez valer em muitas oportunida-

des; se não no voto, se não na vitória, pelo menos na derrota, valorizou demonstrando a sua capacidade e a sua coerência.

Esta era a posição que eu queria colocar aqui, Presidente, fazendo mais uma vez um desafio para o Deputado, para que peça à sua Bancada para que votem aberto e "não" a este requerimento.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA (Pela Ordem) - A Questão de Ordem consiste no seguinte: o Deputado Algaci Túlio lança a este Parlamento e especialmente à Bancada do PMDB um repto, um desafio. E, o faz em tom de chantagem...

O SR. ALGACI TÚLIO - Absolutamente...

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Eu estou em Explicações Pessoais.

Nós estamos diante de uma situação muito grave, Senhor Presidente. Na forma de repto, na forma de desafio, como se aqui nesta Casa houvesse alguém que atuasse à solda do BAMEERINDUS...

O SR. ALGACI TÚLIO - Vossa Excelência usou aquela tribuna e falou isso...

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Encerrado o Horário do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

O SR. DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR (Pela Ordem) Requeiro Verificação de Quórum.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Será procedida.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, de acordo com o Regimento Interno, só depois de V.Exa. colocar em votação o primeiro Projeto é que poderá ser pedida a Verificação de Votação.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Negativo. Vou ler o artigo 130, para que não parem dúvidas: "Estão sujeitos a despacho do Presidente e independem de apoio preliminar à discussão e votação, os requerimentos verbais que solicitarem:

... XII - chamada nominal para Verificação de Quórum.

Espero que esteja respondida a Questão de Ordem.

O Deputado Djalma de Almeida César pediu a Verificação de Quórum. Será procedida através da chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Eu declino da Verificação de Quórum.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Declinado, passamos à Ordem do Dia.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 04 (quatro), de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 395/92, de autoria do Deputado Alceu Swarowski. Autoriza o DETRAN a proceder o licenciamento a deficientes físicos, de veículos adaptados com aparelhos aprovados pelo CONTRAN. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P.. (Publ. no D.A. nº 169, de 25.11.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 395/92

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Alceu Swarowski, objetiva o Projeto de Lei ora em questão, autorizar o Departamento Estadual de Trânsito a proceder o licenciamento, a deficientes físicos, de veículos adaptados com aparelhos aprovados pelo Conselho Nacional de Trânsito.

Analisando o Projeto, notamos não constar nenhum óbice de caráter legal, regimental ou constitucional para a normal tramitação do mesmo nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso Parecer é favorável, opinando-se por sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 03.12.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
HERMAS BRANDÃO - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 395/92

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Alceu Swarowski, o Projeto de Lei nº 395/92, ora sendo examinado por esta Comissão, visa autorizar o Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, a proceder o licenciamento, a deficientes físicos, de veículos adaptados com aparelhos aprovados pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e com a respectiva garantia do fabricante.

Da análise proferida, constatamos a preocupação do autor, pelo uso de veículos automotores feito por deficientes físicos, sem as devidas adaptações, revestindo-se tal fato num constante risco no trânsito de nossas cidades.

Por revestir-se a matéria ora proposta de cunho meramente autorizatório, emito parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.05.93.

(aa) ALGACI TÚLIO - Presidente

MÁRIO BEZERRA - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por (05) cinco sessões do Projeto de Lei nº 395/92. Em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação do Requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - A Mesa defere:

13 - APROVAM;

- Nenhum Rejeita.

Não há quórum para votação e nem para prosseguimento da Sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 24, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 395/92, 073, 075 e 086/93.

Levanta-se a sessão.